



Defesa Nacional

Mirelli Malaguti, Ana Penido, Jorge M. Oliveira Rodrigues, Flávio Miranda, Rita Coitinho, Daniela Doms, Denise Gentil, Carlos Eduardo Martins e Marco Antonio Rocha analisam a vulnerabilidade externa do Brasil, tendo em vista os conflitos globais, o intervencionismo dos EUA, a escalada dos gastos militares no mundo, a reforma nas Forças Armadas brasileiras, a carência de um projeto de desenvolvimento para o nosso país, a aquisição da mineradora Serra Verde pela USA Rare Earth, a falta de integração entre as nações da América Latina e o imbricamento entre militarização e financeirização no capitalismo.



Defesa Nacional

■ Nossos articulistas discutem a vulnerabilidade externa do Brasil, em um contexto de acirramento dos conflitos geopolíticos.

Mirelli Malaguti, da UFRJ, ressalta que a principal ameaça à defesa nacional brasileira é a nossa incapacidade histórica de ter um projeto de desenvolvimento que reduza as vulnerabilidades e amplie a autonomia do país. Não há soberania política sem capacidade material para exercê-la.

Ana Penido e Jorge M. Oliveira Rodrigues, do Gedes-RJ, afirmam que a defesa da soberania nacional é necessária diante do intervencionismo estadunidense e conflitos globais. Antes de investir, é preciso responder: Do que, ou de quem, nos defendemos? O que querem nos tomar e o que almejamos defender? Como se defender e quem assume a tarefa?

Flávio Miranda, da UFRJ, avalia que os gastos militares constituem momento fundamental das acirradas disputas geopolíticas em curso. O modo de produção capitalista é um modo de produção de guerras.

Rita Coitinho, do Ineu/INCT, propõe uma reforma nas Forças Armadas brasileiras; a construção de um plano estratégico de defesa contra ingerências estrangeiras e com orçamento para reequipamento e desenvolvimento tecnológico; e investimentos em inteligência e TI.

Daniela Doms, da UFABC, alerta que a Serra Verde, empresa de Goiás que produz terras raras, foi adquirida pela USA Rare Earth e agora integra a infraestrutura de abastecimento da indústria de defesa dos EUA, país que amplia seus instrumentos de coerção sobre a América Latina e o Caribe.

Denise Gentil, da UFRJ, e Miguel Bruno, da Ence/IBGE, apontam que a guerra e as finanças se retroalimentam: a militarização amplia oportunidades de valorização financeira, enquanto a financeirização fornece mecanismos de financiamento e incentivos econômicos à continuidade da militarização.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, cita Gramsci para descrever os impasses da geopolítica contemporânea: a crise atual consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, verifica-se uma grande variedade de sintomas mórbidos.

Marco Antonio Rocha, da Unicamp, lamenta que a falta de integração entre os países da América Latina impeça que a região responda de forma conjunta às ameaças da “Doutrina Donroe”. Desde a época de Bolívar, os custos da nossa fragmentação nunca foram tão altos.

Sumário

A construção interrompida: desenvolvimento, soberania e Defesa Nacional no Brasil	3
<i>Mirelli Malaguti</i>	
Gastos militares... para quê?	6
<i>Ana Penido e Jorge M. Oliveira Rodrigues</i>	
Soberania popular contra o capitalismo e suas guerras.....	9
<i>Flávio Miranda</i>	
Tarde demais? Dilemas brasileiros numa era de transição	12
<i>Rita Coitinho</i>	
Entre a jazida e o míssil: Brasil, terras raras e a base material do poder militar dos EUA.....	14
<i>Daniela Doms</i>	
Guerra, finanças e crescimento: o regime de acumulação dos EUA comandado pelo militarismo e financeirização	17
<i>Denise Gentil e Miguel Bruno</i>	
Impasses da geopolítica contemporânea	20
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
O sonho bolivariano e a conta do atraso.....	22
<i>Marco Antonio Rocha</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioao vivo.html e www.programafaixa livre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: José Antonio Lutterbach Soares, Luis Gustavo Vieira Martins, Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascountto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes, Anderson Carlos Nogueira Oriente e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** impressa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Luis Gustavo Vieira Martins. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2026-2028) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascountto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026) Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2025-2027) José Antonio Lutterbach Soares, Antonio José Alves Junior, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2026-2028) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026) Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2025-2027) Anderson Carlos Nogueira Oriente, Mauro Osório da Silva, José Ricardo de Moraes Lopes.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato - 2025 a 2028

Coordenação de Relações Institucionais: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador geral), Sidney Pascountto da Rocha.

Coordenação de Relações Sindicais: Fernando D'Angelo Machado, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, João Manoel Gonçalves Barbosa, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças: Antonio dos Santos Magalhães, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares.

Conselho Fiscal: Maria da Glória Vasconcellos T. Lacerda, André Luiz Silva de Souza, Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

A construção interrompida: desenvolvimento, soberania e Defesa Nacional no Brasil

Mirelli Malaguti*

■ Em 1791, Alexander Hamilton, primeiro secretário do Tesouro dos EUA, apresentou ao Congresso seu célebre *Report on the Subject of Manufactures*. O documento consistia em uma das primeiras formulações sistemáticas da defesa da indústria nascente. Hamilton defendia expressamente a promoção das manufaturas e o fortalecimento da agricultura em conjunto de forma a tornar os EUA independentes das nações estrangeiras para suprimentos “militares e outros essenciais” e relacionava diretamente a prosperidade da indústria à independência, segurança e integridade do novo país que se formava. Seu conceito de desenvolvimento nacional estava intrinsecamente relacionado ao de defesa nacional.

Décadas depois, o economista alemão Friedrich List sistematizaria essa mesma percepção em uma teoria do desenvolvimento nacional, publicada em seu livro *Sistema Nacional de Economia Política*, em 1841. Países em estágios distintos de desenvolvimento não competiam em igualdade de condições. A abertura comercial irrestrita entre uma economia industrializada e outra essencialmente agrícola tenderia a perpetuar a superioridade da primeira. Para construir sua independência, uma nação, por meio do Estado, deveria desenvolver suas forças produtivas, infraestrutura, ciência, tecnologia e indústria.

Essa concepção entre capacidade econômica e poder nacional chegaria às Forças Armadas brasileiras no início do século XX. Oficiais enviados para treinamento junto ao exército alemão retornaram impressionados não apenas com sua organização militar, mas



com as bases econômicas, industriais e tecnológicas que sustentavam seu poder. Conhecidos como “Jovens Turcos”, estes oficiais fundaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional*.

As origens da construção de um projeto de Defesa Nacional no Brasil

O problema que buscavam pautar por meio da revista era maior que a modernização dos quartéis: como defender um país continental, economicamente dependente, pouco industrializado e com infraestrutura precária? A resposta conduzia inevitavelmente a formulação de um projeto de desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, foram determinantes a participação de setores militares nos movimentos de contestação à República Velha e na coalizão modernizadora que emergiria da Revolução de 1930. Uma parcela impor-

tante das Forças Armadas compreendia que a construção de poder militar exigia antes a construção das capacidades materiais do Estado e assim influenciaram o modelo brasileiro de industrialização.

Com Getúlio Vargas, essa transformação ganhou dimensão histórica. Industrialização por substituição de importações, centralização estatal, infraestrutura e empresas estatais, que posteriormente constituíram partes de um processo de construção do Estado nacional brasileiro.

A partir dos anos 1950, entretanto, a relação entre desenvolvimento e soberania passaria a dividir de forma cada vez mais explícita as próprias Forças Armadas. O Clube Militar tornou-se uma das principais arenas dessa disputa. De um lado, militares nacionalistas associavam industrialização, controle estatal do petróleo e dos recursos estratégicos e limitação da dependência estrangeira à própria segurança nacional; de outro, uma corrente anticomunista e mais favorável à associação com o capital estrangeiro e ao alinhamento estratégico com os EUA ganhava força, encontrando na recém-criada Escola Superior de Guerra um importante espaço de elaboração.

A divergência não estava propriamente na necessidade do desenvolvimento — a ESG também faria de “Segurança e Desenvolvimento” um dos fundamentos de sua doutrina —, mas em qual desenvolvimento e com que grau de autonomia. Enquanto a corrente nacionalista entendia que a soberania exigia maior controle nacional sobre recursos, indústria e centros de decisão econômica, a corrente ligada à ESG considerava possível construir o poder brasileiro em associação com o capital internacional e inte-



grado ao bloco ocidental liderado pelos EUA. Essa clivagem, já evidente nas acirradas disputas pelo controle do Clube Militar no início dos anos 1950, atravessaria as crises políticas seguintes, estaria presente no golpe de 1964 e reapareceria, sob novas formas, dentro do próprio regime militar.

A Doutrina de Segurança Nacional incorporou forte influência estadunidense e anticomunista, mas manteve simultaneamente a ideia de que poder nacional dependia de desenvolvimento econômico. A historiografia da ESG mostra justamente essa combinação entre a influência da Guerra Fria e preocupações brasileiras com desenvolvimento e geopolítica.

A contradição atingiria seu ponto mais interessante durante o governo Ernesto Geisel. Lançado em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento representou muito mais do que um programa de investimentos: constituiu uma tentativa deliberada de completar a estrutura industrial brasileira e reduzir as principais formas de dependência externa. O II PND procurou aprofundar a integração entre os diferentes departamentos da economia e fortalecer, sobretudo, o departamento produtor dos meios de produção, com grandes investimentos em siderurgia, petroquímica, mineração, fertilizantes, papel e celulose, máquinas e equipamentos pesados, energia e infraestrutura. Tratava-se de completar a matriz industrial brasileira, internalizando a produção dos bens necessários à reprodução e à expansão do próprio parque industrial.

A busca por autonomia alcançou também setores diretamente relacionados à segurança nacional. Durante o período, o Brasil expandiu sua indústria de defesa e consolidou empresas e projetos nacionais nos setores aeronáutico, de blindados, armamentos e sistemas militares, enquanto o acordo nuclear Brasil-Alemanha, de 1975, procurava ampliar o domínio brasileiro sobre uma tecnologia considerada estratégica — iniciativa que provocou forte oposição dos EUA.

Ao mesmo tempo, a crise internacional do petróleo transformava a autonomia energética em questão de segurança nacional. A Petrobras intensificou os investimentos em exploração *offshore* e no desenvolvimento de

tecnologias que permitiriam avançar progressivamente para águas cada vez mais profundas. A descoberta do campo de Garoupa, na Bacia de Campos, em 1974, e o início de sua produção, em 1979, inauguraram uma trajetória de aprendizado tecnológico que, nas décadas seguintes, transformaria a Petrobras em referência mundial em exploração e produção em águas profundas e, posteriormente, tornaria tecnicamente possível a exploração do pré-sal. O Brasil deixava de buscar apenas substituir aquilo que consumia para tentar produzir internamente os meios necessários à sua própria industrialização, à geração de energia, ao domínio tecnológico e à defesa. Essa estratégia econômica encontrava seu equivalente externo no “pragmatismo responsável” de Geisel, que buscava ampliar a margem de decisão internacional do país, e que, justamente por isso, produziria novos atritos com Washington.

Dentro das próprias Forças Armadas, esse projeto levado por Geisel enfrentou oposição, cujo personagem mais conhecido foi o Ministro do Exército Sylvio Frota. Não deixa de ser historicamente significativo (ou talvez sintomático) que Augusto Heleno, décadas mais tarde ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional de Jair Bolsonaro, fosse do grupo de Frota naquele período.

O desmonte do projeto de Estado e Segurança Nacional

No final daquela década, entretanto, uma decisão tomada no centro da economia mundial atingiria violentamente o projeto brasileiro. A elevação dos juros norte-americanos promovida pelo *Federal Reserve* sob Paul Volcker aumentou brutalmente o custo da dívida externa dos países latino-americanos. A crise de 1982 inaugurou a chamada “década perdida” e destruiu parte importante das condições financeiras que haviam sustentado a industrialização brasileira.

Nos anos 1990, a resposta à crise assumiria uma orientação completamente diferente daquela que construíra a industrialização. Abertura comercial e financeira, privatizações e redução da atuação produtiva do Estado redefiniram o modelo econômico brasileiro. A indústria de transformação perdeu progressivamente participação

na economia enquanto produtos primários ganharam peso nas exportações. E a importância de um desenvolvimento econômico autônomo e garantia de setores estratégicos nas mãos do Estado, como base da Defesa Nacional, perde de vez a importância no debate nacional.

Nos governos Lula e Dilma, essa discussão reapareceria sob novas condições. A descoberta do pré-sal transformou petróleo em uma questão simultaneamente econômica, energética, tecnológica e geopolítica. O regime de partilha, as exigências de conteúdo nacional, a recuperação da indústria naval e a utilização da Petrobras como instrumento de política industrial procuravam fazer da riqueza petrolífera uma plataforma para o desenvolvimento brasileiro.

Ao mesmo tempo, a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 recolocava explicitamente desenvolvimento e defesa dentro de um mesmo projeto. A própria END estabelece que ela é “inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento” e associa independência nacional ao domínio de tecnologias estratégicas. Nuclear, espacial e cibernético foram definidos como setores fundamentais para a autonomia brasileira.

É nesse contexto que o impeachment de Dilma Rousseff deve ser analisado também: em sua dimensão geopolítica e na relação entre sua deposição e a disputa em torno do pré-sal e do projeto de maior autonomia internacional brasileiro, justamente quando o país fortalecia o regime de partilha, as políticas de conteúdo nacional e a utilização do pré-sal como instrumento de desenvolvimento industrial e tecnológico.

Paralelamente, a Operação Lava Jato produziu efeitos devastadores sobre as maiores empresas brasileiras de engenharia, construção pesada e indústria naval, destruindo capacidades produtivas e tecnológicas acumuladas durante décadas. Estimativa do Dieese atribuiu direta e indiretamente à operação a perda de cerca de 4,4 milhões de empregos e de 3,6% do PIB entre 2014 e 2017. A cooperação entre autoridades brasileiras e o Departamento de Justiça dos EUA nos processos envolvendo empresas como Odebrecht e Braskem acrescenta uma dimensão internacional ao episódio. Com o

golpe, foram alteradas regras do pré-sal e reduzidas as exigências de conteúdo nacional. Quando o Brasil procurava articular petróleo, engenharia, indústria naval e tecnologia em torno de um projeto de desenvolvimento autônomo, o processo político e econômico que culminou em 2016 terminou por enfraquecer justamente os instrumentos nacionais capazes de realizá-lo.

A chegada de Jair Bolsonaro ao poder produziria uma inflexão extraordinária.

Poucos governos brasileiros tiveram presença tão expressiva de militares e, paradoxalmente, promoveram alinhamento político tão direto e explícito aos EUA, acompanhado de redução da presença estatal em áreas estratégicas. Em especial, a privatização da Eletrobras, da BR Distribuidora, da Transportadora Associada de Gás, responsável por extensa infraestrutura de gasodutos, a alienação da participação da Petrobras na Gaspetro. O caso da Refinaria Landulpho Alves, atual Refinaria de Mataripe, é especialmente significativo. A venda representou a transferência ao setor privado de capacidade de refino construída durante décadas como parte da infraestrutura energética nacional. Todos ativos importantes para reduzir sua vulnerabilidade estratégica.

É difícil não reconhecer uma longa continuidade histórica: sempre que projetos brasileiros procuram ampliar significativamente os centros nacionais de decisão – sobre petróleo, indústria, tecnologia ou inserção internacional – cresce também uma pressão externa que quebra esse processo. Não significa imaginar uma conspiração onipotente capaz de explicar toda crise brasileira a partir de Washington. A história é muito mais complexa. Elites econômicas brasileiras, disputas políticas internas e escolhas dos próprios governos são fundamentais.

Dilemas Atuais

A guerra no Irã e a interrupção do fluxo normal pelo Estreito de Ormuz atingiram simultaneamente petróleo, gás, transporte marítimo e fertilizantes. A crise já produz impactos sobre custos agrícolas e cadeias alimentares globais.

O Brasil vive um paradoxo: uma das maiores potências agrícolas do planeta e,

entretanto, com elevada dependência externa de fertilizantes; grande produtor de petróleo sem capacidade suficiente de processamento, logística e refino para transformar sua matéria-prima nos derivados necessários à própria economia.

A guerra no Irã torna visível aquilo que períodos de estabilidade internacional permitem esquecer: cadeias globais funcionam enquanto as condições políticas permitem que funcionem.

Quando surge uma guerra, uma sanção, um bloqueio, uma pandemia ou uma disputa entre grandes potências, a diferença entre produzir internamente e depender do exterior deixa de ser uma discussão abstrata sobre eficiência econômica e se transforma em questão de segurança nacional.

E há uma ironia ainda maior. Depois de décadas recomendando abertura, liberalização e cadeias produtivas globalizadas, os próprios EUA voltaram a tratar semicondutores, minerais críticos, energia e determinadas manufaturas como questões de segurança nacional. Protegem setores estratégicos, subsidiam produção doméstica e restringem exportações de tecnologias sensíveis. As grandes potências parecem ter redescoberto uma verdade que nunca abandonaram completamente: dependência econômica pode transformar-se rapidamente em vulnerabilidade geopolítica.

O terceiro governo Lula vem tentando retomar uma política industrial, fortalecer o papel do BNDES, lançou a Nova Indústria Brasil, voltou a enfatizar a integração dos Brics e procura reconstruir capacidades produtivas consideradas estratégicas. O que não parece em nada agradar a Washington.

A importância da defesa nacional para um país

Defesa nacional também é ter energia quando as rotas internacionais são interrompidas. Fertilizantes quando fornecedores externos entram em guerra. Refinarias quando o comércio de derivados é afetado. Tecnologia quando uma potência restringe exportações. Indústria quando cadeias produtivas são rompidas. Crédito quando os fluxos internacionais desaparecem. E Forças Armadas capazes de operar sem depender integral-



Alexander Hamilton

mente de decisões tomadas no exterior. A Estratégia Nacional de Defesa brasileira ainda reconhece essa relação ao afirmar que defesa e desenvolvimento são inseparáveis. Hamilton formulou essa tese há 235 anos.

Talvez, portanto, a principal ameaça à defesa nacional brasileira esteja na incapacidade histórica de sustentar um projeto nacional de desenvolvimento suficientemente longo para reduzir nossas vulnerabilidades e ampliar nossa autonomia.

Soberania política sem capacidade material para exercê-la é soberania apenas no papel. E defesa nacional sem desenvolvimento é apenas a administração militar da dependência.

** É economista e professora do Irid/UFRJ.*



CLIQUE E OUÇA



Ana Penido



Jorge M. Oliveira Rodrigues

Gastos militares... para quê?

Ana Penido*

Jorge M. Oliveira Rodrigues**

■ É preciso qualificar o debate em torno da soberania nacional. Falamos da soberania formal, vinculada ao burocratismo do direito internacional onde Estados são, por letra morta, soberanos? Ou partimos, na tradição da teoria da dependência latino-americana, do reconhecimento das desigualdades vigentes no sistema internacional, identificando a soberania como um elemento de distribuição também desigual entre os sujeitos? Ou ainda, tratamos da soberania popular, cuja ênfase está na “superação da vulnerabilidade estrutural e das pressões e ameaças no campo econômico, financeiro, tecnológico, ideológico, político e militar”¹? Uma soberania preocupada essencialmente com a defesa com moradores das periferias desse país, também periférico militarmente diante do duelo de gigantes globais?

Assim como a soberania exige qualificação para que se compreenda seu conteúdo, também a defesa e seus instrumentos exigem complementos. Do que, ou de quem, nos defendemos? O que queremos tomar e o que almejamos defender? Como se defender, e quem assume a tarefa? Essas perguntas² são o ponto de partida para um debate honesto sobre qual política de defesa nacional buscamos implementar. A definição dessas respostas é anterior à escolha de instrumentos operacionais, como sistemas de armas e munições, e os custos para viabilizá-los. Partiremos dessa abordagem para discutir os gastos militares no Brasil.

Em novembro de 2025 foi sancionada a lei que destinava 30 bilhões de reais

aos projetos estratégicos de defesa por um período de 6 anos contados a partir de 2026. O texto, originário de um projeto do senador Carlos Portinho (PL-RJ), previa um investimento de 5 bilhões de reais por ano fora do teto de gastos orçamentário³. Sua aprovação atendia, não necessariamente por causalidade, ao pleito das forças singulares por mais recursos alocados em seus projetos estratégicos, tidos como essenciais para a defesa nacional.

Já em 2026, José Múcio Monteiro, ministro da Defesa do governo Lula 3, afirmaria que, diante de uma eventual invasão do Brasil pelos Estados Unidos da América, teríamos de “abrir o portão”. O ministro aludia à falta de capacidade de defesa e de recursos das Forças Armadas brasileiras diante de uma potencial agressão⁴. A declaração ocorreu na esteira da invasão estadunidense direta na Venezuela, com o bombardeio do país e sequestro de Nicolás Maduro e Cilia Flores. O episódio acendeu alertas na esquerda em geral, no governo, e fortaleceu reivindicações militares pela ampliação orçamentária e garantia de previsibilidade.

Não há consenso entre governo, sociedade e militares, ficando aqui apenas na tríade clausewitziana, sobre quem quer entrar pela porteira, e o que quer pegar dentro dela, tomando como empréstimo a expressão do ministro. A discussão centra-se em aumentar o tamanho da porteira, sequer pensando a possibilidade de construir, por que não, um “mata burro”.

No projeto de lei orçamentária apresentado pelo governo federal para o ano fiscal de 2027, foram destinados 147,68 bilhões de reais para o Ministério da De-



fesa⁵, colocando a pasta entre os seis maiores orçamentos da administração federal. A título de comparação, em 2025 o orçamento da pasta foi de 132 bilhões de reais, dos quais 112 bilhões foram gastos com pessoal⁶.

Não bastasse isso, a Lei Complementar 235 (2026)⁷ trouxe em seu texto um jabuti⁸. Visando a estabelecer regras para renúncias de receita, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente da guerra contra o Irã, bem como excepcionalizar os benefícios tributários destinados à Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, ao Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes e à realização da Copa do Mundo Feminina, a LC carregava dispositivo que, na prática, garantia folga fiscal para os projetos estratégicos de defesa. Ela alterou a redação da LC 221/2025⁹, que versava sobre os projetos estratégicos, garantindo para o exercício de 2026 que não fosse contabilizado para a meta de resultado primário definida na LDO vigente, ou ainda para os limites de despesas do arcabouço fiscal aprovado em 2023, valor referente a até 50% do limite definido na LC 221/2025 relativo a despesas com os projetos estratégicos. Na prática, o valor adicional poderia chegar a até 2,5 bilhões de reais.

Os três episódios citados acima buscam dar a tônica de um fenômeno que é muito anterior ao governo Lula 3 e que desconhece matizes ideológicos. O apetite orçamentário de nossas Forças Armadas só encontra equivalência na recusa dos fardados em repensar, sob controle civil e ampla participação social, o desenho de força que perpetuamos no país.

Perpetuamos um padrão vicioso onde todos os recursos sempre são insuficientes diante do mais básico exercício de formulação estratégica. Afinal, para garantir os meios é preciso conhecer os fins e, no Brasil, os fins sempre foram definidos

individualmente pelas forças singulares, num funcionamento autárquico que reforça sua autonomia e garante não a defesa nacional, mas justamente a incapacidade de resposta aos desafios que se colocam.

Setores progressistas problematizam não apenas o tamanho da porteira, mas seu processo de construção. A intenção é positiva: acrescentar à necessidade de armamentos a busca pelo desenvolvimento econômico e industrial nacional, geração de empregos especializados e superação de gargalos tecnológicos. Entretanto, as boas intenções não resistem às análises empíricas.

Os gastos militares globais estão em constante crescimento desde 2010, e vêm batendo recordes ano a ano (Sipri, 2025). O referencial de 2% do PIB para gastos com a defesa, parâmetro prescrito pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte, já foi ultrapassado por muitas potências europeias premiadas pela guerra na Ucrânia. O Brasil está longe dos 2%. Também está longe de ter uma realidade regional ameaçadora. O país já possui, com folga, o maior aparato militar e os mais altos gastos se comparado com os vizinhos.

Desse montante, mais de 70% são alocados na categoria “pessoal e encargos sociais”, e menos de 10% são destinados a aquisições e pesquisa e desenvolvimento de equipamentos. Mas e se mudarmos essa distribuição, os investimentos direcionados para o desenvolvimento de projetos estratégicos das Forças Armadas repercutiriam positivamente sobre o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico do país? Amplamente discutidas¹⁰, as boas intenções não encontram sustentação nos dados. Segundo evidências estatisticamente significativas, os gastos militares têm efeito positivo sobre os dispêndios de bem-estar social em países desenvolvidos, mas seu efeito tende a ser negativo em países emergentes, ampliando a dependência. O keynesianismo militar funcionou como motor pa-

ra os EUA pós-guerras, mas o mesmo efeito não pode ser verificado em economias de países periféricos e estruturalmente dependentes. Em resumo, não há um nexo robusto entre os gastos em defesa e o crescimento econômico.

As mesmas dúvidas pairam sobre a questão da geração de empregos. Sem dúvidas, a indústria de defesa exige a qualificação da mão de obra. Entretanto, as estimativas apresentadas pela Base Industrial de Defesa não são colididas com as potencialidades de outros setores com empregos intensivos de tecnologia, como a biotecnologia e a robótica. Vale aqui, novamente, o comentário anterior. Efeitos encontrados em economias de centro não necessariamente se replicam em economias dependentes.

Por fim, também não há solidez quanto ao saldo positivo de acordos que envolvam transferências tecnológicas de partes de equipamentos construídos aqui. Se, por um lado, acordos que incluam o ‘saber porque fazer’ para além do ‘saber como fazer’ são avanços; por outro, são muito mais caros, demorados e não garantem o controle último final sobre a totalidade do sistema. A morosidade do Programa FX2 e suas promessas ainda não cumpridas são exemplos disso. Em suma, seguem não garantindo a soberania, pois esta não reside na tecnologia, mas na autonomia estratégica do país e no engajamento do seu povo.

Não existem acordos sobre contra o que/quem nos defendemos, o que precisamos proteger e, muito menos, como devemos fazê-lo. Os fragmentos de respostas ficam reunidos em torno de um abstrato ‘aumento de capacidades’. Mas aceitamos a priori a necessidade de recursos que, historicamente, são dispendidos com pessoal e encargos sociais de uma burocracia de Estado anacrônica, dada a arroubos autoritários e hermética à participação social.

Qualquer investimento em defesa que ocorra desvinculado de um projeto políti-



co pensado de forma ampla e democrática está fadado a falhar. Antes de discutir montantes, é necessário analisar as tendências da geopolítica contemporânea; acordar o papel que o Brasil quer ocupar nesse contexto, o que requer um projeto de nação; identificar os limites domésticos e internacionais, estatais ou não, a essa inserção autônoma; construir uma política de defesa que dê suporte à projeção internacional e proteção diante das investidas internacionais; escolher o desenho estratégico adequado às pretensões nacionais; e só então discutir os dispositivos e sistemas de armas pertinentes, o efetivo necessário para operá-los e o financiamento que ambos exigem.

A defesa da soberania nacional pelo governo Lula é importante e necessá-

ria diante do intervencionismo estadunidense e do acirramento dos conflitos globais. Mas ela é ponto de partida. Não linha de chegada.

* É professora assistente do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ, pesquisadora do Gedes-RJ e do INCT-Ineu e educadora popular em defesa.

** É doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP) e pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes-RJ).

1 <https://thetricontinental.org/pt-pt/nuestra-america/soberania-popular-em-tres-tempos/>

2 <https://thetricontinental.org/pt-pt/nuestra-america/e-tempo-de-esperancar-debate-sobre-uma-politica-de-defesa-nacional/>

3 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp221.htm

4 [https://www.cnnbrasil.com.br/politica/se-os-](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/se-os-eua-invadirem-o-brasil-a-gente-tera-que-abrir-o-portao-diz-mucio/)

[eua-invadirem-o-brasil-a-gente-tera-que-abrir-o-portao-diz-mucio/](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/se-os-eua-invadirem-o-brasil-a-gente-tera-que-abrir-o-portao-diz-mucio/)

5 https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2027/ploa-2027/2026_08_31-9h50-00_book_oc_ploa_2026_2027-1.pdf/@@display-file/file

6 <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1>

7 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp235.htm

8 Agradecemos a Marianna Braghini que nos chamou atenção para esse fato.

9 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp221.htm

10 Recomenda-se a leitura de ZHANG, Y.; LIU, X.; XU, J.; WANG, R. Does military spending promote social welfare? A comparative analysis of the BRICS and G7 countries. *Defence and Peace Economics*, v. 28, n. 6, 2016; e de DUNNE, J.P.; TIAN, N. Military expenditure and economic growth, 1960-2014. *The Economics of Peace and Security Journal*, v. 11, n. 2, 2016. No Brasil, o professor de economia da Unicamp Roberto Dagnino tem pesquisas consistentes a esse respeito a décadas.

Soberania popular contra o capitalismo e suas guerras

Flávio Miranda*

■ O já bastante dramático ano de 2026 começou, como certamente todos se recordam, com uma estarrecedora ação militar estadunidense: o sequestro do Presidente Nicolás Maduro, da Venezuela. Lembremos ainda que poucos dias depois, quando a chamada opinião pública mundial ainda tentava entender o ocorrido, Donald Trump volta sua carga contra a Europa, mais especificamente, em uma afronta clara à soberania territorial e militar dinamarquesa, ameaçando invadir a Groenlândia. Gostaríamos de começar chamando a atenção para algo que parece conectar estes dois eventos e indicar um posicionamento estratégico de fundo.

Por um lado, não apenas fontes jornalísticas indicam que as negociações (extorsivas) com a Venezuela já estavam em andamento desde o ano passado, como a apresentação da nova Lei de Hidrocarbonetos ao Congresso daquele país, poucos dias depois da efeméride, comprova que o sequestro de Maduro não representava etapa estritamente necessária para que os EUA se assenhorassem de parte importante das reservas petrolíferas do país. Por outro, no que diz respeito à Groenlândia e à Europa, acordo militar celebrado em 1951 estabelecia a instalação de bases estadunidenses na ilha, assim como a estreita cooperação militar da Dinamarca com o imperialismo estadunidense, o que indica que a ampliação das tropas e equipamentos militares dos EUA na ilha (lembremos que Trump anunciava a empreitada a título de defesa de seu país) não deveria encontrar grandes obstáculos pelas vias usuais da diplomacia (o mesmo pode ser dito

acerca do interesse estadunidense na mineração de terras raras naquele território e das disputas pelo controle da navegação no Mar do Norte).

Sem a pretensão de oferecer interpretação conclusiva¹, muito menos exaustiva de tão emaranhados e recentes acontecimentos, ocorre-nos uma outra notícia, publicada a 21 de janeiro deste ano, no *New York Times*. Sucintamente, os enviados especiais de Trump, Steve Witkoff e Jared Kushner (ambos atuantes no mercado imobiliário, o último genro do presidente), ladeados por Larry Fink (CEO e fundador da Black Rock, a maior gestora de ativos do mundo) são os responsáveis pela negociação de um plano de 800 bilhões de dólares para a “reconstrução” da Ucrânia – notemos que, em valores atuais, o Plano Marshall corresponderia a “meros” 150 bilhões de dólares. Os recursos a serem centralizados e administrados pela Black Rock teriam por fonte, e esta é a questão-chave, a Europa. Mais especificamente, 250 bilhões em ativos russos congelados na União Europeia (com a anuência de Putin, como noticiado pela agência *France-Presse* a 22 de janeiro) e o restante financiado por bancos de desenvolvimento (e afins) dos países-membros.

Sabemos que o projeto ainda carece de conclusão, mas também sabemos que desde então a pressão do governo Trump sobre a Europa só se fez aprofundar. A notável incapacidade da Europa de constituir poderio militar independente dos EUA (declarada abertamente por Mark Rutte, secretário-geral da Otan, e em *off* por oficiais militares europeus – veja-se, por exemplo, as edições de 27 de janeiro e 26 de fevereiro do *Financial Times*), com certeza é um dos fatores a



CLIQUE E OUÇA



contribuir para a humilhante subserviência com que seus líderes políticos reagem às mais absurdas diatribes trumpistas – de passagem, poderíamos elencar como motivos, adicionalmente, uma forte dependência econômica e a consequente formação de frações burguesas multinacionais cuja política se consubstancia naquilo que, a seu tempo, Nicos Poulantzas chamou “internacionalização do Estado”. Todas essas dimensões foram construídas, de modo articulado, como momentos do projeto imperial estadunidense para o pós-Segunda Guerra Mundial, tendo o expansionismo militar como eixo fundamental.

Uma vez que o fim da guerra, e do correspondente impulso econômico à produção de mais-valor, representava o reaparecimento do fantasma da Grande Depressão, compreendeu-se como momento fundamental do projeto imperialista estadunidense a necessidade da criação das condições para o aprofundamento inaudito da internacionalização do capital a partir daquele país (com amplas consequências sistêmicas). Resolver a escassez de dólares no mercado mundial, estabelecendo a plena convertibilidade das moedas europeias, passa à ordem do dia. Os arranjos para tanto foram múltiplos e urdidos pelas mais diversas tramas. Queremos ressaltar, dado o tema em debate, alguns aspectos do momento militar e seu lugar nesse projeto. A política do rearmamento dos países europeus representou tanto a continuidade, em escala ainda maior, do afluxo de dólares para a Europa, quanto serviu para constituir a supracitada dependência com o que depois ficou conhecido como complexo industrial-militar estadunidense, como descreve detalhadamente Fred Block, no clássico *The Origins of International Economic Disorder*.

Essa dependência foi, e segue sendo, estratégica, pois garante a fidelidade ao imperialismo dos EUA, o que, naquela quadra, foi fundamental para constituir toda a institucionalidade necessária à sustentação do projeto e que, desde então, passou por reformas importantes diante de eventos tão dramáticos quanto a crise dos anos 1960/70 e, no momento atual, é objeto de evidente re-

estruturação – que, já é possível afirmar, se apoia na subserviência estratégica fundada, em grande medida, no momento militar.

A dimensão estratégica desse momento militar no projeto imperial estadunidense associa-se de modo inextricável, como se percebe, à dimensão econômica. Para a sequência do argumento, queremos chamar a atenção, mais especificamente, para a medida em que a militarização se constitui, ademais, como algo que diz respeito, mais diretamente, ao que no marxismo chamamos de funcionamento da lei do valor (ou seja, às condições gerais que correspondem ao movimento do modo de produção capitalista e à forma particular como estas se apresentam em cada quadra histórica). O que, segundo nos parece, efetiva-se de modo mais fundamental justamente a partir do pós-Segunda Guerra.

Desde então, pelo menos, o expansionismo militar torna-se um motor fundamental da acumulação de capital como um todo. Na década de 1950, momento crucial para a consolidação dos EUA como potência hegemônica no capitalismo mundial, os gastos militares mantiveram-se na faixa de 10% do PIB daquele país, alcançando um pico de 13,86% em 1952. Mesmo com esse percentual baixando para a casa dos 9% na década seguinte, os dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (Sipri) mostram um crescimento em termos absolutos que, a despeito de pequenas retrações em um ou outro ano, se estende até os dias atuais, ultrapassando a marca de 1 trilhão de dólares em 2024 – antes do atual mandato presidencial, notemos.

Com dados que contam apenas a partir de 2001 (da “guerra ao terror”, de George W. Bush, em diante), a base Sipri indica que os gastos militares dos EUA têm se situado em torno de 10% dos gastos governamentais totais. No entanto, o próprio *Office of Management and Budget*, da Casa Branca, indica números muito maiores, que oscilam entre 11 e 20% desde os ataques às Torres Gêmeas, mas situaram-se, na média, em 58,29% na década de 1950 e acima dos 20% até 1993.

É muito difícil acreditar, a partir desses

números, que o capitalismo estadunidense (e, portanto, mundial) teria funcionado desde o segundo pós-guerra sem tão impressionante volume de gastos militares governamentais. No entanto, é preciso notar, trata-se ainda de um panorama que subestima bastante o efeito dos gastos militares na acumulação de capital como um todo. É preciso levar em conta, destarte, o efeito multiplicador dos investimentos militares para a expansão de capital como um todo. Em estudo publicado na *American Economic Journal*, Alan Auerbach e Yuriy Gorodnichenko estimam, tendo por base dados sobre política fiscal estadunidense de 1948 a 2008, que no que diz respeito aos gastos governamentais, os dispêndios com defesa possuem o maior efeito multiplicador.

Adicionalmente, a análise do “caráter keynesiano” dos gastos militares deve ir além do impulso imediato à demanda e considerar efeitos mais duradouros e estruturais. Isto é, o impulso à P&D e à inovação tradicionalmente estabelecido a partir de acordos com capitais industriais em setores de alta tecnologia que, contando com estímulos vultosos e diversas formas de proteção governamental, têm garantido, até hoje, a liderança estadunidense em setores chave na concorrência pelos fluxos internacionais de mais-valor². Tal impulso inovador tende ainda a implicar expansão da produtividade em uma ampla gama de setores produtivos, dadas as múltiplas possibilidades de emprego daqueles avanços tecnológicos.

É evidente que a mesma associação entre gastos militares e expansão de capital pode ser verificada em outros países. O salto recente nos gastos militares europeus (anterior ao segundo mandato Trump, mas que aumenta significativamente sob sua coação) tem motivado estudos como o publicado em março deste ano, pelo FMI, intitulado *Macroeconomic Impacts of EU Defense Spending*. Os autores concluem que o aumento nos gastos militares promove crescimento na região como um todo (não apenas no país em que a política é implementada) e que o efeito multiplicador tende a se majorar com o passar do tempo. Mais ainda, ao desa-

gregar gastos, o artigo aponta que as compras de equipamentos militares apresentam o maior multiplicador, chegando a cerca de 2,7 em 36 meses (isto é, para cada 1 euro gasto em armas, obtém-se 2,7 euros em aumento da produção como um todo).

Em suma, a forma como a produção bélica se articula em determinantes econômicos, políticos e geopolíticos não é estranha ao capitalismo, pelo contrário, é interna a ele. Em outros termos, para deixar mais claro, constitui condição *sine qua non* para a reprodução das condições sociais gerais que correspondem à sociedade capitalista. Desta forma, a guerra corresponde a um resultado não apenas contínuo, como necessário. O modo de produção capitalista é um modo de produção de guerras!

Correndo o risco de parecer esquemático, tais condições tinham de se reforçar na atual crise do capitalismo contemporâneo. Os gastos militares constituem momento fundamental das acirradas disputas geopolíticas em curso e que prenunciam um câmbio radical no ordenamento do capitalismo mundial; além disso, promovem um impulso à produção e realização do mais-valor que se dissemina para a economia como um todo, promovendo desafoço para o capital sobreacumulado; sustentam setores de tecnologia de ponta que, além do negócio da guerra, criam diversas outras oportunidades, o que é primordial para a abertura de uma nova fase ascendente sustentada no ciclo econômico; ao mesmo tempo em que contemplam diretamente um importante setor da classe dominante mundial (que personifica o complexo industrial-militar) e permite arranjos que criam oportunidades de negócios para outras frações que compõem o bloco multinacional no poder (vide o projeto de Trump para a Ucrânia).

Para fechar, e a título de provocação para o debate, o que dizer do ponto de vista do Brasil, sobre a “defesa nacional”? Ou ainda, sobre a “soberania nacional”? É evidente que a tradicional subalternização das Forças Armadas brasileiras (em todos os sentidos, materiais, logísticos e ideológicos) tem um preço, assim como está claro que tal construção constitui um projeto



não apenas do imperialismo estadunidense, como da classe dominante brasileira, multinacionalmente associada. As ameaças constantes que Trump direciona a todos os lados, a fim de alavancar-se para a conquista de objetivos estratégicos maiores (incluindo ações espetaculares como o sequestro de Maduro) também recaem sobre o Brasil. Aliás, passamos agora por um processo eleitoral sobre o qual os EUA intervêm tanto com desfaçatez, como por debaixo dos panos, inclusive através da manipulação de recursos informacionais pelas *big techs*, ao mesmo tempo em que nos vemos cercados por países vizinhos cujos governos de extrema direita foram eleitos sob as mesmas condições.

A bandeira da soberania nacional, com caráter abertamente militar, é quase automaticamente hasteada pela esquerda (no entanto, mesmo a extrema direita não veria, a princípio, motivos para se opor, vide a defesa da bomba atômica brasileira de Enéas a Renan Santos). É preciso chamar atenção, contudo, para o caráter mistificador desse “nacional”. Isto é, o “nacional” aparece, invariavelmente, no discurso público como dissimulação de interesses particulares, apresentados, por este meio, como se fossem universais. Assim, por exemplo,

a grande mídia defendeu pautas absolutamente impopulares (como a contrarreforma trabalhista ou a austeridade fiscal) em nome do interesse nacional. Do ponto de vista da questão militar, o tema se torna ainda mais delicado. De modo direto, é importante construir a linha política da esquerda na crítica do caráter mistificador do “nacional”. Se há uma forma de tratar, de modo coerente com a bandeira da emancipação humana, o tema militar, a partir de uma política nacional, trata-se da sua subordinação à soberania popular. Afinal, a tarefa é construir uma alternativa societária que supere uma organização social que é sinônimo de guerras, de genocídios, de miséria, de devastação ambiental, degradação moral etc., não a afirmar uma linha política que tenha qualquer um desses momentos como eixo fundamental.

* É professor do IE/UFRJ.

1 Pelo contrário, reconhecendo até a impossibilidade “ontológica” de sua decifração, algo passível de ser alcançado apenas a partir de um resultado histórico consolidado, isto é, *post festum*, como diria Marx.

2 Sobre as transferências de mais-valor como condição geral do funcionamento do capitalismo em escala mundial, ver o capítulo 5 de Miranda, F. *Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx*. Editora Consequência, 2017.

Tarde demais? Dilemas brasileiros numa era de transição

Rita Coitinho*

■ Os episódios de bombardeios ao Irã, o sequestro do presidente Maduro em sua residência em Caracas no dia 03 de janeiro de 2026 e as reiteradas ameaças de Washington à soberania brasileira, como a imposição de tarifas, declarações sobre as eleições presidenciais, equiparação do crime organizado ao terrorismo etc., reacenderam no Brasil o debate acerca da capacidade de defesa do país diante de ameaças estrangeiras. Mais precisamente, diante de uma ameaça estrangeira: a dos Estados Unidos da América. Algumas vozes retomam o tema do armamento nuclear, outras discutem alternativas de armamentos não nucleares. O que pouco se menciona, porém, são as condições em que esse debate se apresenta. Há quem demonstre crer que a decisão de direcionar orçamento para a aquisição de equipamentos é suficiente para dar início à (necessária) virada histórica na qual o Brasil poderia deixar sua condição de Estado com baixa capacidade de defesa contra ameaças externas, assumindo uma posição de potência média, com uma economia entre as oito maiores do mundo e poder de dissuasão frente a possíveis ataques externos.

No século XIX, o Brasil chegou a possuir a maior frota naval do continente. Depois, foi ultrapassado pela vizinha Argentina, com a qual protagonizou uma perigosa corrida naval. Ambos foram deixados para trás, no final daquele século, pela nação bioceânica que se constituía ao Norte, à custa da tomada de territórios pela guerra ou pela compra. A Guerra Hispano-Americana terminou com a ascensão de uma potência hemisférica que, 50 anos depois, tornou-se a única superpotência do globo, tomando-se aqui a definição de Gramsci, para quem o conceito de “superpotência” refere-se à capacidade de um Estado de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados.



Ao longo do século XX, os EUA consolidaram a hegemonia no continente e, a partir dela, projetaram seu poder para todo o globo. O alinhamento das classes dominantes latino-americanas ao centro do poder, em Washington, garantiu, a partir do pós-guerra, a consolidação desse poder por meio do consenso com a adesão das classes dominantes à agenda dos EUA, reduzindo-se os episódios de uso direto da força, tão frequentes na primeira metade do século. Ao mesmo tempo, os conflitos regionais também foram solucionados, tornando as forças armadas desses países cada vez mais livres para concentrar seus esforços no cenário interno. Durante a Guerra Fria, com a colaboração direta de funcionários dos EUA, arquitetou-se um novo modelo para as forças armadas latino-americanas, que foram se transformando em gendarmes do alinhamento ideológico com o “ocidente” capitalista, delimitando o inimigo dentro de suas próprias fronteiras. A doutrina do “inimigo interno” justificou os golpes militares e, após as redemocratizações, manteve-se como orientadora das organizações militares latino-americanas.

Ao mesmo tempo, enquanto EUA e URSS protagonizavam uma corrida nuclear, a América Latina aderiu ao Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, conhecido como Tratado de Tlatelolco¹, em fevereiro de 1967. Nos anos 1990, a intenção de manter o continente livre de armas nucleares foi confirmada na Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Opanal). Em 1991, Brasil e Argentina também decidiram criar uma agência binacional para inspeção mútua das atividades nucleares, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc), tornando-se partes no “Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear” (Acordo SCCC), no qual foi estabelecido um Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares².

Se durante as ditaduras militares dos anos 1970 Brasil e Argentina protagonizaram episódios que ameaçaram a paz no Cone Sul, as soluções de cooperação encontradas nos anos seguintes garantiram a distensão, evoluindo para a construção de confiança mútua que se refletiu também nas atividades envolvendo tecnologia nuclear. Nos anos 1990, o Brasil passou a mover parte do seu contingente militar, que era bastante concentrado no Sul do Brasil – no Rio Grande do Sul e na Tríplice Fronteira –, para a Amazônia, com atores ligados às Forças Armadas passando a falar mais publicamente sobre ameaças envolvendo possíveis projetos de “internacionalização da Amazônia”. A tônica dessa “ameaça”, por vezes referenciando uma “potência do Norte”, em verdade voltou-se para a contestação da demarcação de terras indígenas – com especial ênfase para as terras Yanomami, entre Brasil e Venezuela. Com a redemocratização, desapareceram os (poucos) focos guerrilheiros existentes durante a resistência à

ditadura, os quais nunca representaram alternativa real de poder. A existência desses grupos serviu, na verdade, para sustentar o argumento que assegurava a manutenção da doutrina do “inimigo interno”. O discurso perdeu o objeto, mas a existência de movimentos sociais do porte do MST e as lutas por demarcação de terras dos povos indígenas seguem sendo retomadas como “exemplo” do que poderiam ser esses inimigos internos. Nos últimos anos, um novo inimigo interno vem ganhando relevo: o crime organizado transfronteiriço, em especial o tráfico de drogas e armas, mas também a mineração ilegal e o crime ambiental. Num país em que as Forças Armadas não têm capacidade real de defesa contra inimigos externos, o papel de “polícia” vem sendo, cada vez mais, direcionado a elas, criando-se uma situação em passam a atuar como apoio das forças de segurança pública e dos órgãos fiscalizatórios, ações em que a eficácia das Forças Armadas é discutível. Na prática, o Brasil abandonou, desde o pós-guerra, qualquer intenção de fazer frente a uma ameaça de um poder militar vindo de fora da América do Sul, fazendo a política de fronteiras e de vigilância do mar sua principal ocupação.

Ao mesmo tempo, as Forças Armadas brasileiras constituíram-se como corporação impenetrável ao interesse público. Os esforços de democratização da política de defesa sempre esbarram na resistência corporativa. Não é coincidência que o governo da presidenta Dilma Rousseff, ao propor a revisão dos conteúdos das escolas de formação militar, reuniu contra si a resistência virulenta do oficialato, que aderiu massivamente à campanha do impeachment, da criminalização do Partido dos Trabalhadores e do projeto eleitoral de Jair Bolsonaro, além da tentativa de golpe de estado em 08 de janeiro de 2023.

É diante desse quadro de uma corporação militar fechada ao debate democrático, que nunca reviu sua posição de gendarme das classes dominantes aliadas aos interesses de Washington, que mantém uma longa tradição de cooperação com os EUA, vem sendo instada por alguns setores nacionalistas e até de esquerda a “modernizar-se” para resistir, caso seja necessário, a uma ofensiva

militar dos EUA. Em tese, o tema da modernização dos equipamentos e práticas é necessário. A resistência bem-sucedida do Irã aos ataques dos EUA, sendo uma nação sem armas atômicas, mas bem armada em termos de equipamentos convencionais, com domínio de tecnologia de ponta na produção de drones, mísseis e outros equipamentos, poderia ser um exemplo a ser seguido. De outro lado, parte dos entusiastas do “rearmamento” do Brasil fala em armas nucleares.

Mas não seria tarde demais? Acaso o programa nuclear iraniano não é o principal motivo pelo qual Israel e EUA desejam destruir a nação persa, aliada política de outras duas grandes nações, estas sim, possuidoras de armas nucleares, Rússia e China? Como seria possível para o Brasil, com todas as amarras legais que criou em torno de seu programa nuclear (Tlatelolco, Acordo SCCC, TNP, além da própria Constituição de 1988), passar a pesquisar e produzir esse tipo de armamento, sem sofrer um “ataque preventivo”? E quais vantagens teria o povo brasileiro, diante de uma caserna umbilicalmente vinculada aos interesses de Washington, em direcionar seu orçamento para equipamentos que só serão utilizados contra os próprios cidadãos brasileiros, já que a ideia de “inimigo interno” nunca foi abandonada?

O primeiro passo, que nunca foi dado desde a redemocratização, seria uma reforma profunda nas Forças Armadas brasileiras: a reestruturação dos currículos e a participação efetiva de civis na construção desses novos parâmetros; a reestruturação dos parâmetros e mecanismos de controle da promoção de oficiais e o afastamento de todos os envolvidos em movimentações antidemocráticas, desde a ditadura. O segundo passo seria a construção



de um plano estratégico de defesa contra ingerências estrangeiras e, subordinado a esse plano, a destinação de orçamento para reequipamento e desenvolvimento tecnológico, sempre com a participação de civis e com amplo controle democrático. Por fim, o investimento real em inteligência e tecnologia de dados e informação, vinculado a uma política soberana de controle de dados, banindo do mercado das redes brasileiras as corporações transnacionais que hoje dominam 100% da informação que circula no país. Esse é o mínimo a ser feito para que se possa falar em soberania nacional e capacidade de resistência a uma invasão estrangeira. Sem isso, o direcionamento orçamentário será apenas propaganda e desperdício.

** É doutora em Geografia (UFSC) e pesquisadora colaboradora do Ineu/INCT.*

1 Texto completo em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1246.htm

2 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1065.htm



Entre a jazida e o míssil: Brasil, terras raras e a base material do poder militar dos EUA

Daniela Doms*

■ A América Latina e o Caribe encontram-se diante de uma renovada ofensiva do imperialismo estadunidense. Em meio ao acirramento da disputa com a China, Washington procura recompor sua primazia sobre o Hemisfério Ocidental articulando coerção econômica, instrumentos jurídicos extraterritoriais, capacidade tecnológica, presença militar e disputa pelo acesso e controle de recursos considerados estratégicos. O Brasil ocupa posição particular nesse processo por sua dimensão territorial e concentração de minerais, energia, água, infraestrutura e biodiversidade, reunindo condições materiais cada vez mais importantes para a reprodução do poder econômico, tecnológico e militar contemporâneo.

Essa ofensiva não constitui simplesmente um retorno à velha Doutrina Monroe, mas sua reatualização às condições da disputa mundial. A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de novembro de 2025¹ recuperou explicitamente a doutrina sob a formulação de um “Corolário Trump”, estabelecendo como objetivo restaurar a preeminência dos Estados Unidos no hemisfério, preservar acesso a geografias estratégicas e impedir que competidores extrarregionais controlem ativos considerados vitais. Em 11 de agosto de 2026, o Departamento de Estado publicou um vídeo² de aproximadamente cinco minutos dedicado à Doutrina Monroe. Narrado pelo embaixador dos EUA no Panamá, Kevin Marino Cabrera, o vídeo percorre dois séculos de política hemisférica e culmina em uma mensagem que dispensa grandes esforços interpretativos: “a dominância americana no Hemisfério Ocidental nunca mais será questionada”³.



Essa afirmação vem acompanhada de uma ampliação dos temas, atores e conflitos enquadrados por Washington como questões de segurança nacional, alargando, na prática, o campo de legitimidade para instrumentos de pressão e intervenção. É nesse contexto que deve ser compreendida a decisão, tomada em junho, quando o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho foram classificados como *Specially Designated Global Terrorists* (SDGT), inserindo as duas organizações no regime estadunidense de sanções antiterrorismo⁴. A designação não autoriza automaticamente uma ação militar estadunidense em território brasileiro, mas desloca organizações instaladas no país para o campo da segurança nacional dos Estados Unidos e amplia o repertório de instrumentos extraterritoriais passíveis de mobilização⁵. O próprio Itamaraty alertou para os riscos de emprego unilateral da força, de operações encobertas e de sanções⁶.

No plano militar, essa projeção é sustentada por uma arquitetura regional coordenada pelo *United States Southern Command* (Sou-

thcom)⁷, que amplia as condições operacionais de vigilância, mobilidade, coerção e intervenção sobre o espaço sul-americano. Essa arquitetura não apenas se projeta sobre o entorno brasileiro: por meio da cooperação histórica entre as Forças Armadas dos dois países, em alguma medida também incorpora o próprio Brasil. Mas o poder militar não existe sem base material. Satélites, radares, aeronaves, navios, drones e mísseis dependem de energia, capacidade industrial, componentes eletrônicos e matérias-primas específicas. A própria Casa Branca reconhece que minerais críticos processados são fundamentais para sistemas de guiagem de mísseis, radares, computação avançada e comunicações seguras⁸. A disputa pela predominância hemisférica não pode, portanto, ser separada da disputa pelas condições materiais que tornam esse poder reproduzível.

A guerra contra o Irã tornou essa dependência ainda mais visível ao adicionar pressão conjuntural. Em agosto de 2026, o *Council on Foreign Relations* estimava que mais de 1.500 interceptores Patriot haviam sido disparados, cerca de 40% dos interceptores Thad disponíveis no início do conflito haviam sido consumidos e os estoques de Tomahawk haviam caído aproximadamente um terço⁹. Na mesma conjuntura, a Marinha concedeu à RTX um contrato de até US\$ 22,9 bilhões para ampliar drasticamente a produção de Tomahawk¹⁰. A recomposição dos arsenais, contudo, não se encerra nas fábricas de mísseis.

Multiplicar armamentos avançados amplia a demanda por semicondutores, ímãs permanentes, ligas especiais e pelos minerais definidos como críticos¹¹ que constituem sua base física. A reposição militar transmite seus efeitos para trás pelas cadeias produtivas, até alcançar as fronteiras de extração¹². É nesse ponto que Serra Verde¹³, em Mina-

çu, Goiás, ganha significado estratégico. Em abril de 2026, a USA Rare Earth anunciou a aquisição da empresa brasileira. Em agosto, foi capitalizado US\$ 1,55 bilhão para adquirir 100% da produção da Fase 1 da empresa. O Departamento de Guerra comprometeu US\$ 750 milhões; um banco institucional ofereceu crédito de até US\$ 500 milhões; e o governo norte-americano assumiu compras futuras de pelo menos US\$ 300 milhões em cinco anos¹⁴. O acordo de *offtake* terá duração de quinze anos e estabelece preços mínimos para terras raras magnéticas.

Financiamento público, crédito privado, contratos de compra e preços mínimos reduzem o risco do investimento e tornam viável uma cadeia considerada estratégica por Washington. O Estado cria as condições para que o capital privado assegure, por longo prazo, uma oferta mineral vinculada à segurança nacional dos Estados Unidos. A disputa imperialista aparece, assim, não apenas na propriedade da jazida, trata-se da organização antecipada do destino de um fluxo futuro de matéria extraída em território brasileiro. A destruição produzida no campo de batalha converte-se, desse modo, em demanda de reposição industrial que se transmite pelas cadeias produtivas até alcançar as fronteiras minerais da periferia. A guerra de alta tecnologia possui uma retaguarda extrativa global.

Nesse nexos entre Estado, capital monopolista e militarização, territórios distantes dos campos de batalha são reorganizados como condições materiais da continuidade da guerra. Determinados espaços concentram tecnologia, propriedade intelectual, finanças e poder militar; enquanto outros fornecem minerais, energia, água, terra e suportam parcela desproporcional dos custos ecológicos dessa reprodução¹⁵. É precisamente aí que emerge a contradição que envolve o Brasil. A mesma recomposição da capacidade militar que amplia a projeção de poder dos Estados Unidos sobre o hemisfério pode ser parcialmente alimentada por minerais extraídos do território brasileiro. Serra Verde passa a integrar uma infraestrutura de abastecimento estratégico destinada a fortalecer a base industrial de defesa de uma potência que, simultaneamente, amplia seus instrumentos de coerção e projeção so-

bre a América Latina e o Caribe. A fronteira mineral brasileira não está separada da geografia da guerra: ela pode participar materialmente de sua reprodução.

Nova Indústria Brasil, financiamentos de BNDES e Finep e Plano Nacional de Mineração 2050 apontam para a necessidade de ampliar a agregação de valor e reconstruir capacidades industriais e tecnológicas. Em termos furtadinhos, a questão central é recuperar centros internos de decisão capazes de transformar riqueza territorial em ciência, engenharia, tecnologia e capacidade produtiva própria. Isso exige pensar a cadeia inteira, da extração e separação à produção de ímãs, equipamentos e conhecimento tecnológico. Mas, apenas financiar mineração, isoladamente, não equivale a produzir soberania.

Um Estado pode ampliar seu controle sobre recursos minerais e, simultaneamente, transferir os custos dessa política para comunidades, trabalhadores e territórios. Soberania nacional e soberania popular não coincidem necessariamente. Uma soberania que apenas nacionalize o comando sobre a expropriação territorial permanece incompleta. Romper a subordinação externa não pode significar reproduzir internamente as formas de espoliação que sustentam essas cadeias. Nem mesmo a diversificação em direção à China deve ser confundida com autonomia. Se o Brasil continuar exportando produtos de baixa transformação e importando tecnologias complexas, poderá diversificar parceiros sem alterar sua posição estrutural. O problema é disputar a posição do país na divisão internacional da produção, do conhecimento e do poder.

É também nesse sentido que a eleição brasileira de 2026 integra essa disputa. Ela decidirá quais margens de decisão o Estado brasileiro pretende preservar diante da reorganização geopolítica em curso e se mine-



rais críticos serão tratados prioritariamente como ativos exportáveis ou como parte de uma estratégia de desenvolvimento, defesa, tecnologia e soberania. A questão não é prevenir mecanicamente como Washington reagirá a este ou àquele governo, mas reconhecer que, quanto mais estratégicos se tornam os recursos brasileiros, mais decisiva se torna a capacidade política de submetê-los a objetivos nacionais e populares.

O míssil é tecnologicamente sofisticado, mas sua reprodução – assim como a de toda alta tecnologia – começa muito antes da fábrica: começa na terra. É nessa distância entre a jazida e o sistema tecnológico final que se decide uma dimensão fundamental da soberania brasileira. A questão é saber se a riqueza mineral será convertida em capacidade científica, produtiva e estratégica própria ou se servirá prioritariamente à reprodução do poder econômico e militar de outros Estados. Em um hemisfério no qual Washington afirma que sua dominância não será questionada, soberania significa possuir não apenas o direito formal de decidir, mas os meios materiais, tecnológicos, políticos e populares para sustentar essa decisão.

* É doutoranda em Economia Política Mundial, Universidade Federal do ABC (UFABC); mestre em Geografia Agrária, Universidade Estadual de Londrina (UEL); e professora e pesquisadora na área de Economia Política, Geografia Agrária, Meio Ambiente e Geopolítica.



1 VER: *National Security Strategy of the United States of America* November 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>>

2 VER: <<https://x.com/StateDept/status/2087172343969771810?s=20>>

3 A frase foi retomada da declaração feita por Donald Trump após a intervenção militar na Venezuela, em 3 de janeiro, e posteriormente apresentada por Washington como demonstração de força no hemisfério. Segundo o chefe do Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos, general Dan Caine, durante a operação que resultou na captura de Nicolás Maduro, as forças estadunidenses começaram a “sobrepôr diferentes efeitos” provenientes do U.S. Space Command, U.S. Cyber Command e de outras estruturas interagências para “criar um caminho” para as forças empregadas na operação, que mobilizou mais de 150 aeronaves e combinou capacidades aéreas, espaciais, cibernéticas e de guerra eletrônica. VER: *How ‘Absolute Resolve’ harnessed 150 aircraft and more to launch a regime change in Venezuela*: <<https://www.defenseone.com/threats/2026/01/inside-absolute-resolve-regime-change-assault-venezuela/410440/>> The President’s News Conference in Palm Beach, Florida, 03 de janeiro de 2026. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-palm-beach-florida>>

4 VER: Designação do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital como organizações terroristas: <<https://br.usembassy.gov/pt/designacao-do-comando-vermelho-e-do-primeiro-comando-da-capital-como-organizacoes-terroristas/>>

5 O secretário de defesa dos EUA, Pete Hegseth, defendeu capacidade conjunta para enfrentar organizações classificadas como terroristas e relacionou explicitamente o combate ao “narcoterrorismo” ao novo Corolário Trump. VER: *US Department of War. Secretary of War Hegseth Reaffirms the Trump Corollary to the Monroe Doctrine, Calls on Regional Partners to Take Fight to the Cartels*: <<https://www.war.gov/News/Releases/Release/Article/4573580/secretary-of-war-hegseth-reaffirms-the-trump-corollary-to-the-monroe-doctrine-c/>> Em 12 de agosto, Donald Trump assinou um memorando por meio do qual empresas privadas estadunidenses previamente selecionadas podem realizar, sob direção e supervisão estatal, operações de vigilância e de efeitos cibernéticos contra determinadas organizações criminosas transnacionais estrangeiras. A articulação entre aparato estatal e capacidades tecnológicas privadas revela uma característica importante da projeção de poder contemporânea: ela não depende apenas de tropas ou bases, mas também de inteligência, redes digitais, satélites, infraestrutura computacional e capacidade de intervenção cibernética. VER: *Expanding Capabilities to Combat Transnational Cyber-Enabled Crime*, Ago/2026: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2026/08/expanding-capabilities-to-combat-transnational-cyber-enabled-crime/>>

whitehouse.gov/presidential-actions/2026/08/expanding-capabilities-to-combat-transnational-cyber-enabled-crime/>

6 VER: Em ofício, Itamaraty admite risco de ação militar dos EUA no Brasil: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-oficio-itamaraty-admite-risco-de-acao-militar-dos-eua-no-brasil/>>

7 No entorno brasileiro, essa arquitetura assume contornos sensíveis. A Venezuela entrou numa fase de forte condicionamento político e estratégico de Washington após a captura de Nicolás Maduro. A Colômbia aprofunda sua cooperação militar; a Guiana amplia sua integração aos mecanismos de segurança estadunidenses; e, ao sul, Paraguai e Argentina estreitam vínculos de defesa com o Southcom. Somam-se a isso a operação Southern Seas, que levou o porta-aviões nuclear USS Nimitz ao entorno sul-americano, a criação da Joint Task Force Western Hemisphere e os exercícios multinacionais do Panamax. VER: *U.S. 4th Fleet Announces Southern Seas 2026 Deployment* <<https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/display-news/Article/4440992/us-4th-fleet-announces-southern-seas-2026-deployment/>>; *U.S. Southern Command establishes Joint Task Force Western Hemisphere*: <<https://www.southcom.mil/News/PressReleases/Article/4563958/us-southern-command-establishes-joint-task-force-western-hemisphere/>> PANAMAX 2026 brings multinational partners together to strengthen regional readiness <<https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/4566853/panamax-2026-brings-multinational-partners-together-to-strengthen-regional-read/>>

8 VER: *Adjusting Imports Of Processed Critical Minerals And Their Derivative Products Into The United States*, Jan/2026: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2026/01/adjusting-imports-of-processed-critical-minerals-and-their-derivative-products-into-the-united-states/>> VER: *Securing Rare Earth Elements a National Security Imperative*, Official Says, Fev/2026: <<https://www.war.gov/News/News-Stories/Article/Article/4413490/securing-rare-earth-elements-a-national-security-imperative-official-says/>>

9 VER: *The U.S. Munitions Crisis*, Ago/2026: <<https://www.cfr.org/articles/the-u-s-munitions-crisis>>

10 VER: *US awards Raytheon \$22.9 billion seven-year deal to boost Tomahawk output*, Ago/2026: <<https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/us-navy-awards-raytheon-229-billion-contract-boost-tomahawk-output-2026-08-17/>> War Budget Materials - FY2027 <<https://comptroller.war.gov/Budget-Materials/Budget2027>>

11 A criticidade não é uma propriedade natural do minério, mas uma construção política: um mineral torna-se crítico quando sua disponibilidade passa a ser considerada condição da segurança econômica, tecnológica ou militar e, a partir daí, legitima subsídios, crédito e garantias estatais. Cait Storr

identifica três ondas históricas do discurso sobre minerais críticos: a primeira nas décadas de 1930 e 1940, a segunda entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980 e a terceira no período contemporâneo, intensificada a partir da pandemia de 2020. Em comum, essas ondas emergem em contextos de instabilidade geopolítica percebida pelos Estados Unidos como ameaça à sua hegemonia e são acompanhadas pela ampliação da intervenção estatal nos mercados minerais. VER: STORR, Cait. *The third wave of critical minerals*. Leiden Journal of International Law, Cambridge University Press, 16 jun. 2026. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/leiden-journal-of-international-law/article/third-wave-of-critical-minerals/8A1608875289C47F7BFD2DA2D1B75EBA>>

12 Terras raras integram diretamente a materialidade de armamentos estratégicos dos Estados Unidos: o Departamento de Defesa registra seu emprego no F-35, em submarinos das classes Virginia e Columbia, mísseis Tomahawk, radares, drones Predator e bombas guiadas JDAM, razão pela qual seu abastecimento é tratado como questão de segurança nacional e de resiliência da base industrial de defesa. VER: *DOD Looks to Establish ‘Mine-to-Magnet’ Supply Chain for Rare Earth Materials*, Mar/2024: <<https://www.war.gov/News/News-Stories/Article/Article/3700059/dod-looks-to-establish-mine-to-magnet-supply-chain-for-rare-earth-materials/>>

13 Serra Verde é a única produtora em grande escala fora da Ásia dos quatro elementos magnéticos críticos de terras raras: neodímio, praseodímio, disprosio e térbio, tendo iniciado produção comercial em 2024.

14 Department of War Announces a \$750 Million Investment as Part of a \$1.55 Billion Initiative to Secure Critical Rare-Earth Elements from Serra Verde, Ago/2026: <<https://www.war.gov/News/Releases/Release/Article/4581110/department-of-war-announces-a-750-million-investment-as-part-of-a-155-billion-i/>>

15 Sobre a articulação entre militarização, expansão capitalista e apropriação desigual das condições materiais da reprodução, ver Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital*; Lenin, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*; e John Bellamy Foster e Brett Clark sobre imperialismo ecológico e transferência desigual de recursos e custos ambientais, *Ecological Imperialism: The Curse of Capitalism*. Socialist Register 2004: The New Imperial Challenge, v. 40, 2004.



Guerra, finanças e crescimento: o regime de acumulação dos EUA comandado pelo militarismo e financeirização¹

Denise Gentil*
Miguel Bruno**

■ Militarização e financeirização são dimensões articuladas do regime de acumulação dos Estados Unidos. Sobretudo no período neoliberal, o gasto no complexo militar-industrial da potência hegemônica, combinado ao regime de acumulação financeirizado, constitui um mecanismo importante de compensação das dificuldades de insuficiência da demanda efetiva e de valorização do capital produtivo.

A financeirização representou uma resposta à estagnação e à menor rentabilidade produtiva da economia americana nos anos 1970. Foi marcada pelo fim do padrão ouro-dólar (1971), abandono do sistema de câmbio fixo (1973) e pela liberalização financeira que foi o início de uma instabilidade crônica dos fluxos financeiros entre países. Com os governos Reagan (1979) e Thatcher (1981), a financeirização representou o “golpe” que instalou a “ditadura dos credores”. Nesse regime, empresas, bancos e famílias ampliam sua exposição aos mercados financeiros e há crescente preferência por ativos financeiros como principais mecanismos de obtenção de lucro. O investimento produtivo e as receitas operacionais perderam participação na estratégia das empresas para as receitas financeiras com juros, dividendos e ganhos de capital. Ao lado da financeirização, a militarização é o segundo mecanismo que opera na atenuação das contradições do capitalismo, que conduzem o sistema à desaceleração produtiva e industrial.

Pensadores marxistas e keynesianos atribuíram ao gasto militar um papel central na teoria da acumulação capitalista, uma vez que constitui uma fonte alternati-

va de demanda. O gasto com defesa tende a absorver excedentes, neutralizar a superprodução e contrabalançar a tendência de queda da taxa de lucro, revertendo as crises econômicas inerentes ao sistema capitalista. Nessa perspectiva, o militarismo não é apenas uma resposta a ameaças externas, mas integra a dinâmica de acumulação e a projeção internacional do poder.

A tradição keynesiana destaca o gasto militar como fonte de demanda agregada, capaz de ativar o multiplicador, estimular investimento, emprego e renda e gerar externalidades tecnológicas para o setor civil. O conceito de complexo militar-industrial descreve a articulação entre forças armadas, grandes empresas e Estado, formando uma estrutura política com incentivos permanentes à expansão dos orçamentos de defesa.

Segundo relatório do *Stockholm International Peace Research Institute* (Sipri), os gastos militares globais atingiram US\$ 2,9 trilhões em 2025 – ou 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial –, o nível mais alto já registrado por essa instituição. O ritmo menor de crescimento (2,9% em termos reais, em comparação com 9,7% em 2024) deveu-se, em grande parte, a uma mudança de política dos EUA para reduzir seus gastos em 2025. A maior parte do restante do mundo continuou a aumentar em ritmo acelerado.

A trajetória histórica do gasto militar dos Estados Unidos confirma sua centralidade (gráfico 1). Aumentou durante a Guerra da Coreia e Guerra do Vietnã, atingiu um pico no governo Reagan em meio à consolidação do neoliberalismo, caiu após o fim da Guerra Fria e nos atentados de 11 de setembro de 2001 inaugurou novo ciclo expansivo, associado à chamada guerra global ao terrorismo. A partir de 2017 o gasto militar é impulsionado pelo agravamento das tensões com



Denise Gentil



Miguel Bruno



Fonte: Sipri; elaboração própria.



Fonte: BEA e Sipri. Deflator: CPI. Elaboração própria.



Gráfico 3 — Estados Unidos: dívida bruta do governo geral e gasto militar, 2001–2024 (% de crescimento real). Fontes: WEO e Sipri; elaboração própria.

a Rússia e pela competição geopolítica no Golfo Pérsico. Em 2025, os Estados Unidos gastaram cerca de US\$ 954 bilhões em defesa, equivalentes a 3,42% do PIB e 9,11% do gasto público. Para o ano fiscal de 2026, o Departamento de Estado dos EUA solicitou um orçamento histórico de US\$ 961,6 bilhões para a defesa, o maior financiamento militar da história americana.

Estudos recentes articulam gasto militar, taxa de lucro e financeirização. Encontraram correlação positiva entre gasto militar e taxa de lucro nos Estados Unidos e concluíram que o gasto militar pode neutralizar a tendência de queda da taxa de lucro, embora seus efeitos dependam da estrutura econômica e sejam mais favoráveis aos países exportadores de armas. O estudo de Akçagün e Elveren (2021) mostrou que financeirização e militarização constituem respostas integradas à estagnação: a financeirização, ao deslocar recursos do investimento produtivo para ativos financeiros, é acompanhada do declínio da taxa de lucro, enquanto o aumento do gasto militar se relaciona positivamente tanto ao lucro financeiro quanto ao não financeiro, atenuando essa tendência declinante (gráfico 2).

O principal canal de articulação entre militarização e financeirização é a dívida pública. A posição internacional do dólar cria uma demanda estrutural por títulos do Tesouro dos Estados Unidos, mantidos por bancos centrais, empresas e investidores como ativos de reserva e segurança. A dívida pública americana, portanto, financia simultaneamente déficits fiscais, déficits externos e gastos militares, enquanto os títulos públicos se transformam em importantes instrumentos de especulação financeira. Entre 2001 e 2025, a dívida bruta do governo geral dos Estados Unidos passou de 53% para 124% do PIB (FMI), alcançando aproximadamente US\$ 38 trilhões. A capacidade de emitir dívida em dólares permite sustentar elevados gastos militares, enquanto a centralidade do dólar e a demanda internacional por *Treasuries* ampliam incomparavelmente a capacidade de financiamento do Estado americano para patamares que nenhum outro país pode superar.

Essa arquitetura internacional socializa parte dos custos da máquina de guerra. Países que acumulam dólares em suas reservas internacionais (provenientes de exportações e do ingresso de capital estrangeiro alocado em títulos da dívida pública e na bolsa – caso do Brasil) podem reinvesti-los em ativos americanos, inclusive *Treasuries*. Assim, recursos gerados no restante do mundo retornam aos Estados Unidos e contribuem para financiar sua dívida e sua capacidade militar. O dólar, a dívida pública e o poder militar formam, portanto, um circuito de poder econômico e geopolítico, no qual a capacidade financeira reforça a capacidade estratégica e vice-versa (gráfico 4).

Outro importante canal de conexão entre financeirização e militarização é o mercado acionário. As grandes empresas do complexo militar-industrial apresentam forte valorização de seus ativos. Entre 2000 e 2023, as ações da Lockheed Martin valorizaram-se, em termos reais, aproximadamente 1.143%; RTX Corporation, 176%; Boeing, 144%; e General Dynamics, 329%. A valorização está relacionada à expectativa de continuidade dos gastos públicos com a expansão das encomendas militares. A expansão dos contratos e dos *backlogs*, portanto, constitui um mecanismo de transmissão pelo qual a política fiscal-militar do Estado contribui para a valorização financeira das corporações privadas. Os dados de 2024–2025 dão sustentação empírica a essa cadeia, sobretudo para a Lockheed, RTX e General Dynamics.

A estrutura acionária dessas empresas do setor militar reforça a conexão com a financeirização. Os principais acionistas das cinco grandes corporações analisadas incluem gestores de ativos, fundos de investimento e grandes bancos, como BlackRock, Vanguard, State Street, Fidelity, Capital Group e JPMorgan. O complexo militar-industrial, portanto, está inserido na lógica do *shareholder value*: dividendos, ganhos de capital e recompras de ações assumem importância central na remuneração dos proprietários do capital. A guerra passa, assim, a produzir não apenas resultados estratégicos e militares, mas também oportunidades de valorização financeira.



Em síntese, militarização e financeirização se reforçam mutuamente e constituem pilares do regime de acumulação contemporâneo dos EUA. O gasto militar sustenta demanda, lucros e inovação tecnológica; a dívida pública oferece o mecanismo financeiro para sua expansão; e os mercados de títulos e ações transformam a guerra em fonte de oportunidades de valorização patrimonial. A posição internacional do dólar amplia essa capacidade ao permitir que os Estados Unidos financiem déficits e gastos militares com forte participação de capitais estrangeiros em busca de valorização. Nesse sentido, a máquina de guerra não é um setor isolado da economia: ela se articula à estrutura financeira, ao Estado e à posição hegemônica do dólar. A principal conclusão é que a guerra e as finanças formam um circuito de retroalimentação: a militarização amplia oportunidades de valorização financeira, enquanto a financeirização fornece mecanismos de financiamento e incentivos econômicos à continuidade da militarização. Esse circuito

ajuda a explicar por que a expansão militar permanece compatível com elevado endividamento público e com a crescente centralidade dos mercados financeiros na economia americana.

** É doutora em Economia pelo Instituto de Economia da UFRJ e professora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi) – Instituto de Economia da UFRJ.*

*** É doutor em Economia e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE) da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj e do Instituto Presbiteriano Mackenzie-Rio.*

1 Versão resumida do artigo publicado no Brazilian Journal of Political Economy, Volume 46, n. 3, Jul-Set, 2026). Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/bjpe/article/view/98969>



CLIQUE E OUÇA



Impasses da geopolítica contemporânea

Carlos Eduardo Martins*

■ Desde 2016, com a eleição de Donald Trump, o sistema mundial contemporâneo encontra-se em um período de caos sistêmico provocado pela substituição do imperialismo informal estadunidense por um imperialismo *tout court* que pretende usar a força do Estado para estabilizar a ordem internacional por meio da contenção da China, do impedimento de sua afirmação como potência asiática e global e da destruição das tendências multipolares do mundo contemporâneo. Tal possibilidade é altamente improvável e tende a aprofundar uma espiral de conflitos e bifurcações nessa nova era.

O crescimento de uma economia política de sanções e embargos ganhou novo ritmo após a crise de 2008 em Wall Street e no mercado imobiliário norte-americano e fez da Rússia um de seus principais alvos. O objetivo é o de impedir que Moscou seja um corredor logístico para a formação de um espaço geoeconômico eurasiático e um centro estratégico de exportação de gás, cereais e armas. O golpe de Estado na Ucrânia colocou a Rússia sob vulnerabilidade geopolítica: ameaçou a circulação no território ucraniano de suas exportações à União Europeia e os Acordos de Kharkiv, assinados em 2010, que lhe asseguraram o controle da base militar de Sebastopol no Mar Negro, de importância crucial para o acesso de sua marinha ao Mediterrâneo, Sul da Europa e Oriente Médio pelo estreito de Bósforo. A anexação da Crimeia por Putin desatou sanções contra os bancos e empresas de petróleo, gás e energia russas que abrangeram restrições ao financiamento, ao acesso ao mercado de capitais norte-americano e à importação de tecnologias. Posteriormente, Obama decretou sanções contra agências de inteligência russas e as empresas que lhes davam suporte sob a acusação de interferência nas eleições estadunidenses de 2016.

Entretanto, foi com Donald Trump que se estabeleceu uma inflexão no padrão de política externa norte-americana, que passou a subordinar o neoliberalismo a um capitalismo de Estado que busca usar unilateralmente o poder político e militar para conter e destruir as pressões competitivas e restabelecer uma ordem internacional sob controle dos Estados Unidos. Se Obama se propunha retoricamente a construir uma ordem mundial complexa capaz de incorporar, subordinar e controlar potências emergentes pela expansão do direito internacional, Trump designa China e Rússia como Estados revisionistas, portadores de modelos econômicos autoritários, corruptos e expansionistas, que ameaçam a ordem internacional, os interesses vitais e os valores norte-americanos. Ele abandona o universalismo liberal, nomeia a China como principal ameaça e competidor estratégico e considera que os Estados Unidos devem limitar o seu engajamento em confrontos internacionais à preservação de seus interesses vitais.

A Rússia é vista como uma potência revisionista com capacidade restrita, que pretende restabelecer a sua influência regional, usando investimentos em energia e infraestrutura para criar dependência política e minar a aliança transatlântica. Trump propõe incorporá-la em um cenário de estabilização estratégica na Europa sob a liderança dos Estados Unidos, que atenda parcialmente às reivindicações territoriais de Moscou e a afaste de Pequim, dada a incapacidade de comando de Bruxelas. O Leste Europeu perde a centralidade na política estratégica e passa a estar condicionado pelo realinhamento do objetivo central de Washington, que se torna o de conter a China e impedir a sua afirmação como poder regional e mundial.

A política internacional de Trump exhibe vantagens frente à da oligarquia do Partido Democrata que, incapaz de se redefinir, tornou-se um híbrido do novo imperialismo de



capitalismo de Estado, do universalismo liberal e das políticas de hegemonia do pós-guerra, exibido na gestão de Biden e na campanha de Kamala Harris. Trump denuncia os déficits comerciais, a desindustrialização, a deslocalização produtiva e o financiamento de aliados estratégicos na Europa, Ásia e Oceania por assistência militar e econômica. Percebe o declínio, a vulnerabilidade do dólar, a escassez relativa de recursos financeiros e materiais e a necessidade de fazer escolhas para evitar a proliferação de conflitos e economizar capitais e capacidades. Todavia, sendo a China um poder econômico global e dinâmico – que representa 20% do PIB mundial e cerca de 25-30% do seu crescimento –, a pretensão de contê-la para criar um novo século norte-americano exige um aumento dramático de gastos públicos e o projeto de um império global de custos incalculáveis e improvável viabilidade, que não poderá evitar a tentação de uma grande expansão do territorialismo. Trump, que já havia pressionado em seu primeiro mandato os países da Otan a elevarem os gastos em defesa a 2% do PIB, em seu segundo mandato passou a exigir que os aumentem a 5% do PIB, vinculando-os à conversão da assistência militar dos Estados Unidos em exportação de serviços de defesa e de armas. Ao mesmo tempo, domesticamente, solicita um drástico aumento nos gastos em defesa nos Estados Unidos para US\$ 1,5 trilhão, o que os coloca perto dos 5% do PIB, para implantar o Domo de Ouro – sistema antimísseis em escala continental –, ampliar a capacidade da marinha norte-americana, repor estoques de armamentos e investir na exploração de minerais críticos.

A nova Doutrina de Segurança Internacional, publicada em 2025 e batizada de Doutrina Donroe, inclui o controle do Hemisfério Ocidental entre os interesses vitais dos Estados Unidos e o trata como um protetorado estadunidense, negando o direito a seus Estados de estabelecerem relações com países não hemisféricos que possam competir ou ameaçar o controle da potência norte-americana sobre os recursos estratégicos ou relevantes da região. A intervenção militar na Venezuela, que culminou no seques-

tro de Nicolás Maduro e na criação de um protetorado em Caracas com a cooptação da elite política e militar bolivariana, é um primeiro resultado da aplicação do realismo flexível reivindicado por Trump, onde Washington concentra-se na imposição de seus interesses econômicos e articula-se com as forças ideológicas, políticas e sociais que lhe garantam maior estabilidade, segurança e menores custos para o atingimento de seus objetivos. Por esta mesma razão, Trump aprofunda a guerra híbrida e a economia política de embargos, sanções e ameaças militares para impulsionar a ascensão de forças neofascistas e garantir o seu domínio sobre os Estados latino-americanos e caribenhos.

Ele tentou aplicar a mesma metodologia de intervenção ao Irã, organizando uma ação militar conjunta com o subimperialismo israelense para assassinar membros da elite política, religiosa e militar iraniana com o objetivo de produzir uma decapitação ou mudança de regime que garantisse o controle norte-americano sobre o Estreito de Ormuz, colocando China e Índia sob forte dependência energética dos Estados Unidos. O fracasso dessa alternativa, provocado pela resiliência iraniana e pela subestimação de sua densidade, mostrou o alto custo político e econômico da guerra para Trump. Passados seis meses de guerra, as pesquisas indicam saldo negativo de popularidade da guerra de 20% a 30%, que se associa à elevação da inflação. O conflito produziu a redução dos estoques de armamentos, munições e interceptadores e das cadeias globais de suprimentos para produzi-los.

A estratégia da China de projeção internacional continua a ser de médio e longo prazos. Aposto no desenvolvimento, no direito internacional, na democracia e na paz como valores comuns da humanidade, definida como uma comunidade de futuro compartilhado. A potência asiática vem diminuindo significativamente a distância em relação aos gastos militares dos Estados Unidos, superdimensionados pelos preços monopólicos do complexo industrial norte-americano, apesar dos baixos dispêndios relativos nessa rubrica, equivalentes a 1,7% do PIB: em 2000 eram 4,2 vezes maiores, em

2007 9,4 vezes, em 2010 8,2 vezes, em 2019 3,8 vezes e em 2025 2,8 vezes. A grande razão para esta queda é o declínio produtivo dos Estados Unidos e o extenso parasitismo e financeirização de sua economia. Todavia, a distância ainda é expressiva e a longa duração chinesa é desafiada pelo recrudescimento de um imperialismo extremamente agressivo, típico de períodos de caos e bifurcação do sistema-mundo, que pode exigir uma política mais arrojada de dissuasão que se combine com o convite ao desenvolvimento e à multipolaridade.

O Brics, embrião de um mundo multipolar, encontra ainda grandes limitações para avançar a níveis mais orgânicos de unidade em política internacional, estando ainda muito longe da construção de uma política de defesa comum ou da cooperação militar, salvo iniciativas mais localizadas de aproximação entre China, Rússia e Irã. A América Latina e o Caribe, atravessados por relações de dependência estrutural que vinculam suas frações burguesas e elites militares ao imperialismo, demonstram grande incapacidade para fazer frente à ofensiva norte-americana e veem os organismos de integração regional serem desmontados ou tornarem-se inoperantes, ao mesmo tempo em que os governos progressistas recuam na solidariedade internacional e hesitam em impulsionar a mobilização popular. Com os dispêndios em P&D estagnados em torno de 1% desde os anos 1980, apesar de sua aceleração mundial desde 2015, os gastos públicos estrangulados pelo rentismo e sem iniciativa efetiva de mobilização popular por parte das lideranças do Partido dos Trabalhadores para enfrentar o neoliberalismo e a ofensiva imperialista, o Brasil caminha para uma nova eleição com risco de retorno do neofascismo à Presidência da República.

Parafraseando Antonio Gramsci, a crise atual consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, verifica-se uma grande variedade de sintomas mórbidos.

** É professor associado do Irid e do Pepi da UFRJ e editor de Reorientar: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo.*



O sonho bolivariano e a conta do atraso

Marco Antonio Rocha*

■ Em novembro de 2025, a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos incorporou o que os analistas passaram a chamar de “Corolário Trump” à Doutrina Monroe: a preeminência norte-americana no Hemisfério Ocidental como condição para a segurança e a prosperidade do país. O documento é explícito quanto aos meios – assegurar minerais críticos e energia, impedir “incursões estrangeiras hostis ou a propriedade de ativos-chave” e usar a alavancagem financeira e tecnológica para induzir governos a recusar alternativas. A imprensa batizou o arranjo de “Doutrina Donroe”. O nome, ainda que soe caricato, remete a um passado semicolonial sombrio para a América Latina.

A doutrina trata a América Latina como um objeto da doutrina, não como um ator político, e o faz porque a encontra fragmentada e com pouca capacidade de resposta conjunta – quando não encontra países completamente alinhados. O regionalismo latino-americano, muito mais preocupado com a integração produtiva e o crescimento da corrente de comércio, passou a ser, sobretudo, um problema de segurança econômica. O custo de não integrar mede-se agora pela capacidade de dizer não e de projetar algum poder de barganha frente à nova ordem mundial que surge.

O tamanho do atraso

Os números são conhecidos e, ainda assim, subestimados. Segundo a Cepal, apenas 15% das exportações de bens e 9% das exportações de serviços da América Latina e do Caribe têm destino na própria região. O BID mostra que o coeficiente de comércio intrarregional caiu de 13,2% em 2025 para 12,5% no primeiro trimestre de 2026 – e que, naquele trimestre, as importações in-

trarregionais cresceram 4,4%, enquanto as importações totais avançaram 9,7%. A região vem se integrando ao mundo mais rapidamente do que a si mesma.

A comparação internacional confirma o cenário. Em 2025, cerca de 67% das exportações europeias e 63% das asiáticas tiveram como destino a própria região, segundo a Unctad. Na América Latina, apenas a América Central avança: 28% de comércio intra-bloco em 2024, contra 10,7% no Mercosul, 6% na Comunidade Andina e 2% na Aliança do Pacífico. A trajetória do Mercosul resume o enredo: 11% de comércio intrazona em 1991, pico entre 20% e 25% entre 1997 e 2000, e 10,7% em 2024.

Não se trata de escassez de tratados e de iniciativas. A região abriga uma série de acordos preferenciais e instrumentos voltados à integração regional. Ainda assim, o comércio intraindustrial responde por cerca de 20% do total regional, contra 45% na Ásia; partes e componentes representam 14% das exportações manufatureiras latino-americanas, contra 40% das asiáticas. Enquanto isso, o número de acordos regionais em vigor no mundo passou de 284 em janeiro de 2018 para 388 em setembro de 2026. O regionalismo avançou diante da crise do multilateralismo; a América Latina assistiu.

Diante do cenário de fragmentação do multilateralismo, cada país negocia isoladamente com contrapartes que têm dezenas de vezes mais poder. Concessões que seriam evitáveis para um bloco de 660 milhões de habitantes tornam-se impositivas para economias que respondem, sozinhas, por frações do comércio da contraparte. Nesse sentido, a assimetria com que cada um dos países da região entra na mesa de negociação é brutal.

O comércio entre China e América Latina saltou de US\$ 12,6 bilhões, em 2000, pa-



ra US\$ 518,5 bilhões em 2024, e a China é hoje o principal parceiro comercial de Brasil, Peru, Chile e Uruguai. Do outro lado, os Estados Unidos operam a tarifa como instrumento de política externa: sobre o Brasil incidem 25% adicionais desde julho de 2026, somados a outra medida de 12,5%, de modo que 16,5% das exportações brasileiras para o mercado norte-americano enfrentam sobretaxa combinada de 37,5%. A região está simultaneamente dependente de um polo e exposta à coerção do outro.

Para os países sujeitos à coerção dos Estados Unidos, não há mecanismos amortecedores. Não há sistema regional de pagamentos em escala, nem financiamento regional de porte, nem cadeias produtivas compartilhadas que diluam o choque entre vizinhos. E não há mais rede multilateral de proteção. O Órgão de Apelação da OMC está sem quórum desde dezembro de 2019; 64% dos relatórios de painel emitidos entre 2020 e 2023 foram apelados “no vazio”, e os novos contenciosos caíram de cerca de 19 para 7 por ano. No fim de maio de 2025, o estoque de restrições à importação em vigor alcançava US\$ 4,6 trilhões, o que representava 19,4% das importações mundiais, contra 12,5% um ano antes. Na ausência de qualquer institucionalidade capaz de arbitrar o multilateralismo comercial, a única proteção disponível é a barganha coletiva — precisamente o que a região não construiu.

O custo da liderança e a agenda da integração

O Brasil responde por cerca de um terço do produto regional e sempre se recusou a assumir o ônus da liderança. Não financiou a redução de assimetrias em escala relevante — o Focem é marginal em relação ao que os fundos estruturais representaram na Europa —, resistiu a qualquer dose de supranacionalidade e preferiu a diplomacia presidencial à construção de uma burocracia técnica permanente. A primeira questão a se equacionar é a necessidade de o Brasil assumir a responsabilidade política pela coordenação do processo e, como principal economia da América Latina, assumir os ônus e arcar com os custos decorrentes das assimetrias econômicas no bloco regional.

A Cepal, em *Rupturas y oportunidades* (agosto de 2026), propõe uma agenda pragmática, cuja adoção de certos princípios pode ajudar a equacionar outras questões importantes: coalizões flexíveis em vez da unanimidade regional, traduzir os pontos comuns mínimos em compromissos concretos e promover a cooperação funcional antes da criação de novas instituições. Integrar por projeto, não por tratado, pode ser uma forma de ir pavimentando o caminho e avançar pela via de menor resistência.

Se a agenda precisa ser curta para ser factível e deve ser pensada pela ótica dos projetos, três frentes parecem particularmente promissoras e importantes para a construção da integração regional. A primeira delas é negociar e repensar coletivamente a lógica de exploração de minerais críticos e de energia. A região detém 46% das reservas mundiais de lítio, 35% do cobre, 28% da grafita e 23% das terras raras, e aproximadamente 70% de sua matriz elétrica provém de fontes renováveis. Esses ativos minerais fazem parte da estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos e constituem insumos para cadeias produtivas fundamentais ao funcionamento da economia global. Negociados em bloco — com regras comuns de agregação de valor e conteúdo local, certificação conjunta e padrões ambientais compartilhados —, permitem ampliar o poder de barganha do bloco regional, com a chance de promover a sofisticação produtiva e a absorção de alguns elos estratégicos de cadeias produtivas ligadas à transição ecológica.

A segunda frente é o pagamento em moeda local e o financiamento regional. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local já opera no Mercosul e precisa de escala e da incorporação de operações financeiras; o Anexo de Serviços Financeiros intra-Mercosul entrou em vigor em janeiro de 2026 e o Protocolo sobre Pagamentos Correntes, Transferências e Movimentos de Capital está em versão final. Do lado do crédito, o Novo Banco de Desenvolvimento aprovou 122 projetos e cerca de US\$ 40 bilhões desde 2014, com 25% da carteira em moedas locais e meta de 30% para 2026 — e já conta com a Colômbia entre seus mem-



bro —, mas o subcontinente ainda carece de um banco de desenvolvimento regional. Instrumentos desse tipo devem ser fortalecidos, e cabe ao Brasil a tarefa de coordenar e assumir, proporcionalmente, os custos dessa ampliação.

Por fim, deve-se repensar a estratégia de integração produtiva a partir de poucos complexos produtivos que tenham como denominador comum a existência de capacitações tecnológicas e produtivas compartilhadas entre os países da região, a capacidade de políticas pelo lado da demanda, via compras públicas, e a relação da demanda com as necessidades do próprio desenvolvimento dos países da região. Podemos tomar como exemplos o complexo industrial da saúde, a indústria de defesa e o complexo industrial ligado ao setor de energia para ilustrar a proposta.

Nenhuma das agendas exige um tratado novo, cessão de soberania ou consenso regional. Exigem liderança regional e que essa liderança assuma os custos que lhe cabem. Porque talvez, desde a época de Bolívar, os custos de nossa fragmentação nunca tenham sido tão altos quanto agora.

** É professor associado e livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp.*